

A pergunta principal

por Carlos Cardoso, da AIM

O Acordo de Nkomati permitiu o desvender de muitos aspectos relacionados com aquilo que o Bureau Político do Partido Freilino, recentemente classificou de conspiração internacional contra a República Popular de Moçambique.

Nestes oito meses após a assinatura do Acordo de Nkomati passou para o domínio público muita informação que estava escondida antes de Nkomati, sobretudo em relação à componente portuguesa do banditismo armado. A conclusão a que se chega hoje, é a de que os representantes dos bandidos armados em Lisboa, são apenas os funcionários públicos da conspiração.

Mas qualquer que seja o envolvimento de pessoas e grupos em Portugal (ou noutros países europeus) com o banditismo armado, qualquer que sejam as rotas exteriores à África do Sul utilizadas para fornecimentos militares aos bandidos, é o Governo de Pieter Botha que possui alguns dos mecanismos mais importantes para o acelerar do fim do banditismo. E isto está implícito no próprio facto de Pieter Botha, ter assumido publicamente, a 3 de Outubro, um papel activo, na cessação da violência em Moçambique.

Portanto, a pergunta principal é: Porque é que as coisas progredem tão lentamente, porque é que a África do Sul não age mais rapidamente?

Na África do Sul, os analistas que têm acompanhado o desenrolar dos acontecimentos, afirmam que parte da resposta poderá estar no seguinte: alguns sectores militares sul-africanos pensam que o Presidente Samora Machel assinou o Acordo de Nkomati apenas tacticamente.

A argumentação de tais sectores seria então esta: 1.º — Logo que Moçambique conseguir a paz, abandonará o Acordo. 2.º — Os bandidos armados são a única arma de pressão sobre o Governo moçambicano, enquanto uma estratégia económica não tiver justificado plenamente a sua utilidade.

«NUNCA DIGAS QUE NÃO VOLTARÁS A PRECISAR...»

Esta argumentação é reforçada pela própria ideia de uma esconstrução de Estados defendida por Pieter Botha. Por outras palavras, o Governo sul-africano tem de agitar o pendão de uma hegemonia (económica) para substituir outra hegemonia (militar). De toda a história das negociações moçambicano-sul-africa-

nas até Nkomati retira-se um facto: a África do Sul procurou pôr à cabeça, as questões económicas e fazer basear nelas, a eventual existência de segurança dentro de Moçambique.

Dois anos de ofensivas militares, políticas e diplomáticas, por parte de Moçambique, produziram uma alteração de fundo: o Acordo de Nkomati põe a questão da segurança à cabeça e as questões económicas como resultantes do factor segurança.

O Acordo de Nkomati é, por isso, visto por muitos analistas sul-africanos, talvez demasiado esquemáticamente, como um compromisso entre a dupla Pieter e Roelof Botha e os militares.

Importante a assinalar para efeitos deste trabalho, é que compromissos desta natureza carregam sempre o compasso de uma hesitação.

Esta hesitação, aliás, aparece inserida num fenómeno mais vasto: a agudíssima insegurança nacional e regional dos «afrikaners».

O antecessor de Pieter Botha, John Vorster, costumava dizer «moet nooit se fonteinlike ek sal nie weer ran jou drink nie». Traduzido para português dá o famoso ditado «nunca digas que dessa fonte não beberás», mais a noção «de novo», o que altera o sentido em que o ditado é normalmente utilizado entre povos com grande segurança nacional.

O ditado, entre os «afrikaners», significa, então, qualquer coisa deste género: «nunca digas que não voltarás a precisar dessa fonte». Trazido para a questão neste trabalho, significa: nunca digas que não voltarás a precisar da antiga estratégia militar, ou, enquanto uma estratégia não estiver completamente assegurada não abandones a anterior.

UM CENÁRIO POSSIVEL

Portanto, é talvez em torno desta questão — pensar-se, ou não, que o Acordo é estratégico para a RPM — que se desenrolam muitos dos acontecimentos posteriores à Declaração de Pretória.

Os detalhes não são conhecidos, mas um cenário possível, seria este: Pieter Botha argumentando que a paz levava Moçambique inevitavelmente a escolher um relacionamento tão preferencial com a África do Sul que isso abriria caminho para uma

hegemonia económica sul-africana em Moçambique. E os militares a contra-argumentarem que se ao longo de nove anos de guerras, calamidades e erros de gestão Moçambique conseguia manter um alto nível de soberania, então em paz conseguiria fazê-lo mais facilmente.

Mas o que se passa do lado moçambicano? Para a RPM, o Acordo de Nkomati é estratégico ou apenas tático?

Desde 1975 que Moçambique manifesta à África do Sul, o seu interesse por um relacionamento normal, baseado nos princípios internacionalmente consagrados de não-agressão entre Estados. Em termos económicos, a RPM manifestou-se sempre, interessada na manutenção do tráfego ferroviário de e para a África do Sul, através do porto de Maputo, e de outras áreas de relacionamento histórico como sejam o trabalho migratório dos moçambicanos para a África do Sul, e o turismo. Manifestou igualmente o interesse por novas áreas de relacionamento económico, na base de vantagens mútuas. Muitos destes interesses moçambicanos têm uma correspondente directa de interesses sul-africanos. Por exemplo, é muito mais barato aos importadores e exportadores sul-africanos do Transvaal exportarem e importarem por Maputo do que pelos portos sul-africanos.

Moçambique manifestou também, ao Governo de Pieter Botha, e já o tinha feito a John Vorster, que está interessado em que a tecnologia sul-africana (construída à custa de mão-de-obra barata dos povos sul-africano e da região), sirva a modernização de Moçambique.

AGREDIR OU NÃO AGREDIR?

Na atribuição de carácter estratégico ao Acordo de Nkomati é a África do Sul que impõe a condicionante vital: agredir ou não agredir? Se o Governo sul-africano vê no Acordo a via para uma dominação económica de Moçambique, então o melhor será ele próprio repensar Nkomati porque Moçambique não fez o Acordo para depois se ir integrar economicamente à África do Sul. Portanto, quem realmente define se o Acordo é estratégico é a África do Sul e não Moçambique, porque estratégico para a RPM é a paz regional e não o Acordo em si.

Creio que se o Governo de Pieter Botha aceitar que os tempos mudaram e que a hegemonia ban'ustânica — política ou

económica — da região já não é possível, se o Governo sul-africano aceitar que uma África Austral forte — sem dominação — de uns pelos outros e eventualmente sem «apariheida» — é a melhor defesa da região na negociação com os países desenvolvidos, então, daqui a algum tempo, o Acordo de Nkomati nem sequer será necessário. Em suma, o Acordo de Nkomati é fruto da anormalidade e não da normalidade.

Mas poderá haver outras razões para as demoras a que temos assistido.

Algumas delas poderão ter a ver com a componente portuguesa do banditismo.

De um ponto de vista não céptico, poderá concluir-se que o Governo sul-africano pretende realmente «controlar» o máximo possível essa componente porque, supondo que se avança sem essa componente, ela poderá mais tarde vir a atacar os próprios interesses da África do Sul em Moçambique. E ninguém duvida da capacidade que hoje há para se infiltrar armas dentro de um país, nomeadamente através de acções mercenárias.

Poderá ser, também, que o Governo de Pretória queira que Mário Soares efectue a sua anunciada visita à África do Sul, antes de tomar qualquer acção definitiva sobre o assunto. Pieter Botha espera obter dividendos políticos e diplomáticos dessa visita e talvez esteja à espera de conseguir implementar a Declaração de Pretória sem sacrificar a visita do Primeiro-Ministro português.

Um outro factor seria a eleição presidencial nos EUA que se efectua amanhã. Esteve Pretória à espera de ver quem vai ser o Presidente norte-americano? E isto, sugere outra parte do problema: Qual é o interesse dos EUA nisto tudo e qual o grau de autonomia sul-africana em relação às posições norte-americanas?

Numa reunião do Conselho de Ministros moçambicano, o Presidente Samora Machel recordou um facto simples, e no entanto dramático, da vida das nações. Disse-lhe que «é muito mais fácil começar uma guerra do que acabá-la».

Acabar esta guerra imposta ao Povo moçambicano está a provar ser um exercício complexo e doloroso para os moçambicanos, apesar dos passos positivos já dados nesse sentido.

Uma coisa é certa: A África do Sul não pode arrastar por muito mais tempo as suas próprias hesitações porque, quanto mais tempo gastar na resolução do problema mais se arrisca a que o seu Governo seja visto mais como um braço de interesses europeus, e não como uma força africana, que, mau grado a sua política interna, se quer apresentar como africana.

E as demoras provocam um outro tipo de risco para o Governo sul-africano. Quanto mais tempo isto durar mais o eleitorado branco sul-africano perceberá que tipo de gente (os bandidos) Pretória andou a apoiar no passado recente.